

# Violência contra a população LGBTI no Brasil: qual o papel da polícia?

Regras definidas, coletivamente pactuadas e que aportem controle e previsibilidade são essenciais para minimizar a desconfiança da população na hora de acionar os policiais

Dennis Pacheco

9 de setembro de 2020

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Polícia Militar em reintegração de posse de imóvel que presta apoio à população LGBTI em situação de vulnerabilidade no Rio de Janeiro

Em agosto, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou duas pesquisas, uma delas em parceria com o Ipea, que abordaram de forma importante a população LGBTI .

A primeira delas, “Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil”, trata do comportamento de perfis públicos de policiais nas redes sociais, buscando compreender de forma mais detida os ambientes nos quais os profissionais se engajam e as temáticas com as quais mais interagem. Constatamos, por ela, três questões importantes:

1. Policiais militares participam de ambientes bolsonaristas radicais — a pesquisa distingue ambientes bolsonaristas orgânicos (que estão dentro do jogo institucional e seguem suas regras) dos ambientes bolsonaristas radicais (que se voltam à ruptura da institucionalidade democrática) — em proporção muito maior (17% do total e 25% dos praças) que civis (4%) e federais (4% dos delegados e 6% de outras carreiras)
2. A pauta anti-LGBT é a segunda mais central (27%) — atrás somente de comentários sobre política institucional (49%) — para PMs no interior do núcleo bolsonarista radical que faz elogios ao presidente (23%), sendo também muito maior que entre policiais civis (5%). Na polícia federal, sequer aparece como tema;
3. Apoio a isolamento social (26%) e defesa do combate à violência policial (19%), o tema parece como o principal tópico entre PMs defensores de Direitos Humanos.

O fato de o bolsonarismo policial estar mais preocupado em ser anti-LGBT que em posicionar suas lideranças e seu governo, aponta na direção do que indicam alguns pesquisadores especialistas no fenômeno em suas pesquisas recentes: é possível que o bolsonarismo, enquanto fenômeno, anteceda a ascensão do próprio Bolsonaro, na medida em que aglutina campos conservadores que já estavam há muito articulados em torno de suas agendas regressivas.

Que exista um alinhamento institucional de grupos e instituições policiais ao conservadorismo, não é novidade. Trata-se de uma tendência global persistente e que não é, por si só, problemática, visto que a democracia pressupõe a convivência de matizes ideológicas distintas. Contudo, a pesquisa ajuda a dimensionar o notável alinhamento de grupos policiais de tamanho significativo a posicionamentos autoritários e antidemocráticos, que pregam ruptura institucional.

Todo agente estatal tem, independentemente de seus alinhamentos ideológicos, um compromisso fundamental com o resguardo à Constituição, de onde emana a legitimidade de suas atividades e a garantia de direitos, dentre os quais, o direito à não discriminação. Ocorre que, graças à desregulação do poder de polícia e ao baixo controle sobre a atividade policial, há alto grau de autonomização dos agentes policiais, alguns dos quais utilizam-se desta discricionariedade excessiva para, no exercício de suas funções públicas, agirem orientados por suas próprias razões individuais e subculturas de grupo.

Não é à toa que um dos principais problemas das polícias brasileiras são seletividade nas abordagens e alta letalidade, que implicam em expressiva sobrerrepresentação de jovens negros pobres e periféricos entre os mortos. Ter regras bem definidas, coletivamente pactuadas e que apóiem controle e previsibilidade, é essencial para o trabalho de qualquer servidor público, legitimando também sua atuação junto à sociedade civil. Quando isso não acontece, o resultado é alta desconfiança da população em relação ao serviço público, especialmente em relação àqueles grupos marginalizados. Qual a confiança de uma pessoa LGBTI, digamos uma pessoa trans negra, de recorrer à polícia diante da possibilidade de não receber um tratamento isonômico? De não ter seus direitos garantidos? De ser prontamente criminalizada, violentada, negligenciada? Essa autonomização predatória é tão deletéria às instituições quanto aos bons policiais, e termina por erodir os esforços no sentido de garantir segurança pública, cuja natureza é não-discriminatória. Neste sentido, é importante que haja centralidade do combate à violência policial entre PMs apoiadores de Direitos Humanos.

A segunda pesquisa de interesse é o *Atlas da Violência 2020*, que traz uma seção tratando da violência contra população LGBTI. A comparação de dados do Disque 100, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia sinalizaram uma redução dos registros de homicídios contra LGBTI. Paralelamente, houve um aumento nos números brutos de registros do Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN) — na segurança pública sequer há registros de violência contra LGBTI — de violência interpessoal de 20% contra essa população. Quanto ao perfil das vítimas, a maioria era negra, residente de áreas urbanas e solteira, evidenciando as intersecções entre LGBTfobia e racismo como marcadores da diferença determinantes da vulnerabilidade à violência letal. Tendo em vista a demonstração da LGBTfobia entre grupos policiais desnudada acima, como será o atendimento às vítimas não fatais?

Finalmente, existe no bolsonarismo radical grande pervasividade ao discurso de redução da intervenção estatal enquanto garantidora de justiça e bem estar social, deslocando a responsabilidade das instituições para o interior da família. Isso é central para uma agenda de negação da garantia de direitos LGBTI; dado que nossas redes de segurança são constituídas historicamente fora do núcleo familiar, junto a amigos, organizações da sociedade civil e órgãos estatais de promoção de direitos humanos. O elo com os últimos vem sendo progressivamente cortado por meio da retórica da ideologia de gênero. Em meio a esta conjuntura, o isolamento social contribui para o aprofundamento da vulnerabilidade de LGBTI à violência.

A transformação desse quadro demanda produção e publicização de dados, pactuação e controle públicos dos limites e protocolos da atividade policial e, principalmente, uma nova intermediação dessas questões por policiais comprometidas e comprometidos com a integridade das instituições policiais, com a defesa da legalidade, da Constituição e dos Direitos Humanos. Nada disso será possível sem a colaboração de todos.

**Dennis Pacheco**

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/czo2f6iuga>

